



UMA MISSÃO DE ESTUDOS AO URUGUAI: O DEBATE ESTABELECIDO NOS JORNAIS CORREIO DO POVO E A FEDERAÇÃO

Caroline Braga Michel¹
Eduardo Arriada²

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar a Missão de Estudos enviada ao Uruguai no ano de 1913, sob a perspectiva dos discursos produzidos nos jornais A Federação, órgão oficial do governo e favorável a missão, e o Correio do Povo, periódico independente e contrário a esse ato das autoridades. Os dois periódicos estabeleceram um intenso debate em suas páginas sobre as vantagens ou não do envio de um grupo de professores ao Uruguai. Para tanto, foram realizadas pesquisas nas edições do ano de 1913 de ambos os jornais. Ao todo foram localizadas 43 reportagens, sendo 29 em A Federação e 14 no Correio do Povo. As análises permitiram evidenciar um conjunto de oito elementos que justificaram a escolha: (i) o grau de adiantamento da instrução pública do Rio Grande do Sul; (ii) a distinção do Uruguai, (iii) o caráter internacional, (iv) a localização geográfica do Uruguai, (v) a língua utilizada, (vi) o baixo custo financeiro da missão, (vii) as relações culturais, políticas e econômicas estabelecidas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai e (viii) a vigência de um modelo político partidário, tanto no Rio Grande do Sul como no Uruguai, estruturado no positivismo.

Palavras-chave: Missão de estudos. A Federação. Correio do Povo. Rio Grande do Sul. Uruguai.

A STUDY MISSION TO URUGUAY: THE DEBATE IN THE NEWSPAPERS CORREIO DO POVO AND A FEDERAÇÃO

Abstract

This article aims to investigate the Study Mission sent from Brazil to Uruguay in 1913, from the perspective of the discourses produced in the newspapers A Federação, an official organ of the government which was favorable to the mission, and Correio do Povo, an independent newspaper opposed to this act of the authorities. The two newspapers established an intense debate in their pages about the advantages or not of sending a group of teachers to Uruguay. This research was based on the year 1913 issues of both newspapers. In all, 43 reports were located, 29 in A Federação and 14 in Correio do Povo. The analysis revealed a set of eight elements that justified the choice: (i) the advanced degree of public education in the State of Rio Grande do Sul, (ii) the difference from Uruguay, (iii) the international nature, (iv) the geographical location of Uruguay, (v) the language used, (vi) the low financial cost of the mission, (vii) the cultural, economic and political relations established between Rio Grande do Sul and Uruguay, and (viii) the



validity of a party political model in Rio Grande do Sul and Uruguay, structured in positivism.

Keywords: Study mission. A Federação. Correio do Povo. Rio Grande do Sul. Uruguay.

UNA MISIÓN DE ESTUDIOS A URUGUAY: EL DEBATE ESTABLECIDO EN LOS DIARIOS CORREIO DO POVO Y A FEDERAÇÃO

Resumen

El objetivo de este artículo es investigar la Misión de Estudios enviada a Uruguay en el año 1913, a través de los artículos de prensa publicados en el periódico A Federação, órgano oficial del gobierno de la época y favorable a la misma, y el Correio do Povo, publicación independiente y contrario a aquella decisión de las autoridades. Ambos órganos de prensa protagonizaron un intenso debate sobre las ventajas y desventajas del envío de aquel grupo de profesores a Uruguay. Los datos de esta investigación fueron recolectados en las ediciones del año de 1913 de ambas publicaciones. Fueron encontrados 43 reportajes de los cuales 29 corresponden A Federação y 14 al Correio do Povo. El análisis de estos datos permitió reconocer un conjunto de 8 elementos: (i) el grado de adelanto de la educación pública en Rio Grande do Sul; (ii) las diferencias con Uruguay, (iii) el carácter internacional, (iv) la localización geográfica de Uruguay, (v) la lengua utilizada, (vi) el bajo costo financiero de la misión, (vii) las relaciones culturales, políticas y económicas establecidas entre Rio Grande do Sul y Uruguay y (viii) la vigencia de un modelo político partidario, tanto en Rio Grande do Sul como en Uruguay, estructurado en el positivismismo.

Palabras clave: Misión de estudios. A Federação. Correio do Povo. Rio Grande do Sul. Uruguay.

INTRODUÇÃO

O intercâmbio de professores e professoras no início do século XX era uma prática que, de certo modo, já estava generalizada entre “[...] os povos cultos.” (A FEDERAÇÃO, 1913, p. 1). Fosse por acreditar na eficiência da pesquisa *in lócus* nos países considerados referência (NÓVOA; SCHRIEWER, 2000) ou para demonstrar investimento e/ou preocupação pelo setor educacional, Estados utilizaram-se dessa estratégia para qualificar elementos dos sistemas de ensino, tais como práticas e materiais pedagógicos, métodos de ensino, entre outros.

Contudo, por vezes, essas missões também atravessavam fronteiras nacionais. Nesses casos, os governantes selecionavam grupos ou sujeitos específicos para estudar e observar as práticas desenvolvidas em estados considerados mais adiantados no próprio território. Com efeito, para o cenário brasileiro nos últimos anos do século XIX e nas



primeiras décadas do século XX, foco deste artigo, vale destacar a liderança política, econômica e educacional de São Paulo em nível nacional. O investimento do governo paulista em prol da difusão e expansão do ensino público primário iniciou com um ciclo de reformas: em 1890 houve a reorganização da Escola Normal da Capital e a criação da Escola-Modelo destinada à prática de ensino dos alunos mestres da Escola Normal; em 1892 a reestruturação do ensino primário; e em 1893 novas disposições foram acrescidas às leis anteriores instituindo os grupos escolares. A modalidade grupo escolar foi organizada seguindo os moldes da escola graduada e representou uma das mais importantes renovações nacionais do ensino proporcionando ao estado paulista, no início do século XX, o *status* de centro da modernização educacional do Brasil. (SOUZA, 1998; 2011).

A representação de um aparelho escolar modelar fez com São Paulo fosse considerado referência para vários estados brasileiros. A circulação e a disseminação dos elementos característicos desse modelo escolar em outros estados ocorreram tanto pelas visitas feitas a São Paulo como também através das intituladas missões de professores paulistas, as quais podem ser definidas como a atuação desses profissionais em várias localidades, especialmente nas primeiras décadas do século XX, em que eles “[...] disseminaram a modernização educacional pondo em destaque a influência dos métodos de ensino propagados por São Paulo e a excelência de suas instituições modelares [...]”. (SOUZA, 2011, p. 137-138). Pesquisas realizadas nos últimos anos mostram a contribuição desses mediadores do moderno (CARVALHO, 2015) nas reformas implementadas em Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Goiás e Piauí. (MONARCHA, 2010).

No entanto, ainda que a maior parte das missões de estudos realizadas nesse período possuísem destinos como a Europa, os Estados Unidos ou São Paulo, o Rio Grande do Sul optou por realizar, no ano de 1913, uma missão educacional ao Uruguai³. Essa deliberação foi problematizada em um periódico de grande circulação no estado, o *Correio do Povo*, no qual um articulista questionou por que o Rio Grande do Sul organizou uma viagem de estudos ao Uruguai em um período em que as tradições europeia e americana eram significativas. E, ainda, por que “[...] procurar fora o que já temos em casa?”. (CORREIO DO POVO, 1913, p. 6).

Considerando, portanto, que a partir destes questionamentos o impresso A Federação veiculou inúmeras reportagens procurando defender a deliberação das autoridades gaúchas, este artigo tem como objetivo identificar os elementos apresentados nessas notícias para respaldar a escolha do Uruguai como destino para a missão de estudo realizada no ano de 1913.

Para tanto, a análise pautou-se na investigação das edições do ano de 1913 em ambos os jornais, sendo que ao todo foram localizadas 43 reportagens. É importante



destacar que o jornal A Federação se constituía como um importante veículo de propagação dos ideais defendidos pelos republicanos, uma vez que o mesmo era órgão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)⁴. Segundo Pacheco (2006), a criação desse periódico foi pensada justamente como uma estratégia para divulgar o programa do partido, ao invés de realizar uma ação revolucionária. Por sua vez, o Correio do Povo se auto declarava como um jornal independente, não estando vinculado diretamente a um partido político e/ou ao governo, e era, naquele momento histórico, o periódico de maior circulação no estado. Nesse sentido, a escolha por analisar dois jornais do Rio Grande do Sul com papéis e posicionamentos diferenciados foi fundamental para que se pudesse analisar o debate estabelecido acerca da estratégia adotada pelo governo no ano de 1913.

Diante disso, este artigo está organizado em duas partes. Na primeira realizamos uma discussão acerca da relevância do uso de jornais em pesquisas no campo da História da Educação, assim como apresentamos a caracterização dos periódicos investigados. Na segunda parte discorreremos sobre o que foi a missão de estudos ao Uruguai e destacamos os elementos identificados no intenso debate estabelecido entre A Federação e o Correio do Povo para respaldar a decisão de enviar ao Uruguai uma missão pedagógica.

A POTENCIALIDADE DOS JORNAIS COMO DOCUMENTOS DE PESQUISA

Nas primeiras décadas do século XX, os jornais buscavam noticiar e informar sobre diversos acontecimentos e eram, em sua maioria, vinculados a partidos políticos (OSÓRIO, 1930; SILVA, 1986; ALVES, 2006; FRANCO, 2010). Logo, os impressos jornalísticos disseminavam e formavam diferentes ideais e pontos de vistas. Pautada nas contribuições de Rudiger, a pesquisadora Espig (2013) salienta que dois grandes marcos contribuíram para a caracterização do jornalismo político-partidário, sendo eles a abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889. A autora destaca, ainda, que inicialmente o jornalismo político-partidário dividiu espaço com o literário independente, que logo cedeu espaço ao informativo moderno.

Embora atualmente o campo da História da Educação reconheça a potencialidade dos impressos jornalísticos como arquivos do cotidiano (ZICMAN, 1985) e como importantes documentos de pesquisa, foi em meio aos debates estabelecidos a partir das décadas de 1930 e 1960, sobre as compreensões e procedimentos metodológicos a serem adotados nas pesquisas históricas, que a concepção do jornal enquanto fonte sofre um redimensionamento. Assim, impulsionada pelas discussões da História Cultural ou da Nova História Cultural, é no decorrer do século XX que a temática da imprensa sofre um deslocamento fundamental e o próprio jornal torna-se objeto de pesquisa no campo histórico. (LUCA, 2005). Em seus estudos, Barbosa (2009, p. 87) salienta que até então “[...] as pesquisas limitavam-se a utilizar documentos atas, notícias, discursos oficiais [...]”.



Destaca-se, desse modo, que a potencialidade do uso dos jornais como documentos nas pesquisas reside, principalmente, no fato de a imprensa cotidianamente registrar “[...] cada lance dos embates na arena do poder.” (LUCA, 2005, p. 128). Assim, as variadas percepções de um mesmo acontecimento registradas nos jornais enriquecem as possibilidades de análise, uma vez que elas apresentam elementos que, muitas vezes, não estão presentes nos documentos oficiais salvaguardados. As articulações, intersecções e constantes enfrentamentos entre os dados encontrados nestes diferentes materiais permitem um olhar mais abrangente do objeto de estudo, bem como ampliam o debate acerca do mesmo.

No entanto, é preciso ter a compreensão de que a “[...] imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público.” (LUCA, 2005, p. 139). O que implica na ressalva de que as notícias publicadas não são imparciais e não contemplam a veracidade dos acontecimentos, elas constituem-se como uma versão, um relato a respeito do ocorrido. Nessa perspectiva, Espig (2013) enfatiza que a documentação jornalística, por ser produto de um momento histórico, deve ser tratada como resultado de determinadas relações e discursos, destaque esse que incide na necessidade de ter certa acuidade no trabalho com o jornal, pois assim como os outros materiais, ele não é um documento neutro. Pelo contrário, o impresso jornalístico foi visto como “[...] uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades maneiras e costumes.” (FARIA FILHO, 2002, p. 134). Ou seja, os jornais foram vistos como importante estratégia educativa.

Logo, ao utilizar os jornais como documentos de pesquisa é necessário compreender um pouco da história do editorial, analisar o grupo responsável pela publicação do periódico, o lugar de onde falam esses sujeitos, as ligações políticas e econômicas que influenciam sua produção, entre outros aspectos. A articulação dessas informações subsidia o pesquisador permitindo que o mesmo problematize e entenda um pouco mais sobre a disposição das notícias localizadas no periódico, o contexto e as relações em que elas foram produzidas, os argumentos apresentados para corroborá-las ou refutá-las, assim como os costumes e ideais que estavam em jogo.

Essa interlocução possibilita identificar que os periódicos são resultado de relações e jogos de poder, das contingências de um determinado período e das escolhas feitas por aqueles que produziram e publicaram as notícias. Desse modo, ressalta-se que:

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeito de sentido, para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolhas de **estratégias discursivas**. (CHARAUDEAU, 2013, p. 39, grifo do autor).



Assim, para melhor compreender o contexto de construção e publicação das reportagens analisadas neste artigo é importante apresentar um breve histórico dos periódicos investigados.

A Federação foi criada em Porto Alegre/RS, no ano de 1884, como um veículo de propagação das ideias defendidas pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR)⁵. Entre seus idealizadores estavam Venâncio Aires, Ramiro Barcelos, Ernesto Alves, Barros Cassal, Borges de Medeiros, Carlos Barbosa, Germano Hasslocher, entre muitos outros (DILLENBURG, [19--]). O periódico começou a circular no dia 1º de Janeiro do referido ano como órgão do Partido Republicano Rio-Grandense. Segundo Dillenburg ([19--], p. 11-12), este jornal foi o “[...] iniciador de uma nova e importante fase do jornalismo rio-grandense, dando maior ênfase à publicidade comercial, alguns ilustrados com gosto, melhor seleção das notícias de interesse público, abolição do arcaico estilo literário [...]”. Além disso, configurou-se como um dos expoentes máximos do jornalismo político-partidário. (ESPIG, 2013).

No período investigado, a redação e a administração do jornal estavam situadas na Rua das Andradas, nº 94, Porto Alegre/RS, e tinha como diretor de redação Ildefonso Pinto e como gerente, H. de Barros Figueiredo Junior. A circulação do periódico ocorria de segunda a sábado e, geralmente, continha de seis a oito páginas, custando cada número avulso 100 réis. Os exemplares eram produzidos em oficinas próprias. Em algumas situações como datas comemorativas, campanhas eleitorais ou transcrições de Leis e Decretos, foi possível identificar edições com 12 a 20 páginas. Assim como outros jornais da época, A Federação raramente publicava uma fotografia.

O Correio do Povo foi criado em 1895, em Porto Alegre/RS, tendo como liderança por Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior e, segundo Duarte (2007), constava em suas primeiras edições que o jornal se caracterizava como um periódico informativo, desvinculado de ligações partidárias, no entanto, era “[...] simpático às ideias de Silveira Martins, do partido Federalista e do Partido Libertador.” (DUARTE, 2007, p. 63)⁶. O autor ressalta, ainda, que no início do século XX o Correio do Povo buscava espaço próprio e vinha em crescente ascensão desde o fechamento do jornal A Reforma, principal opositor da A Federação.

Contudo, há referências a dificuldades de ordem material, que teriam afligido o jornal nos últimos anos de vida de seu fundador, morto em 1913. Nesse momento, a propriedade do jornal passou à viúva Dolores Alcaraz Caldas, que, valendo-se do auxílio de Joaquim Alcaraz, seu irmão, a partir de então diretor da empresa, conseguiu superar a crise financeira. (LEAL; DILLENBURG, [19--], p. 1).

No referido ano assumiu como gerente da empresa João Obino. A periodicidade do jornal, no recorte temporal investigado, também tinha como exceção o domingo e o

número médio de páginas era seis, custando o jornal avulso, na capital, 100 réis e fora da capital, 200 réis.

Essas informações permitem evidenciar que os jornais possuíam posicionamentos distintos, o que sem dúvida influenciava no espaço que determinadas reportagens recebiam em detrimento de outras, no ponto de vista com que cada uma era abordada e até mesmo na veiculação de alguns e não de outros assuntos.

Assim, de variados tamanhos e em distintos espaços do impresso, A Federação e o Correio do Povo veicularam reportagens sobre a decisão das autoridades do estado do Rio Grande do Sul em enviar uma missão de estudos ao Uruguai. O quadro apresentado a seguir mostra a relação de reportagens localizadas em cada um dos jornais e o total de notícias identificadas no ano de 1913 sobre essa deliberação.

Quadro 1 – Relação de reportagens localizadas no ano de 1913 nos jornais A Federação e o Correio do Povo

Periódicos	Ano de 1913
A Federação	29
Correio do Povo	14
Total de reportagens	43

Fonte: A Federação, 2013 e Correio do Povo, 2013. Quadro organizado pelos autores.

A partir do Quadro 1 é possível observar que o jornal A Federação publicou um número maior de notícias sobre a missão de estudos ao Uruguai do que o Correio do Povo. Lembra-se, nesse sentido, o papel que A Federação tinha como órgão do Partido Republicano Rio-Grandense e, portanto, a ação do seu próprio governo não poderia passar despercebida. E, ainda, o quanto os mesmos se utilizavam da palavra escrita como um instrumento pela consolidação do domínio republicano (CORSETTI, 2004) que, neste caso, era legitimar a veracidade da ação governamental.

Realizando a leitura de todas as notícias constatou-se que um número significativo de reportagens editadas em A Federação buscava respaldar a decisão do governo em enviar professores e professoras ao Uruguai. As mesmas foram publicadas após uma contestação apresentada em uma reportagem do Correio do Povo, na qual Léo d'Utra⁷ questionou não só o destino escolhido para a missão pedagógica como também os resultados imediatos da estratégia adotada pelo estado. Apesar de esse debate ser apresentado e discutido na próxima seção, por ora vale referir que a manifestação contrária à deliberação do governo foi fortemente rebatida pela A Federação. Do total das 29 notícias localizadas no ano de 1913 neste jornal, 16 foram publicadas com o objetivo de respaldar a decisão do governo, as demais apresentavam resultados da missão de estudo.

No quadro exposto a seguir é possível visualizar que o espaço de tempo entre a edição da reportagem de Léo d’Utra, que criticava a ação do estado, em 7 de setembro, e a primeira notícia de resposta publicada em A Federação foi curto, de somente dois dias. Além disso, é possível observar os autores das reportagens, os títulos atribuídos e o assunto abordado em cada uma das 16 reportagens.

Quadro 2 – Respostas publicadas em A Federação às críticas apresentadas pelo Correio do Povo
(Continua)

A Federação – 1913					
Edição	Data	Página	Autor	Título da reportagem	Assunto
00210	09 de set.	6	Oswaldo Vergara	Instrução primária	Resposta ao Correio do Povo
00230	03 de out.	1	Oswaldo Vergara	Instrução Primária I	Resposta ao Correio do Povo
00231	04 de out.	1	Oswaldo Vergara	Instrução Primária II	Resposta ao Correio do Povo
00232	06 de out.	1	Oswaldo Vergara	Instrução Primária III	Resposta ao Correio do Povo
00233	07 de out.	1	Oswaldo Vergara	Instrução Primária IV	Resposta ao Correio do Povo
00234	08 de out.	1	Oswaldo Vergara	Instrução Primária V	Resposta ao Correio do Povo
00238	13 de out.	2	V. M. Carrió	A instrução no Uruguay	Organização da viagem e dados sobre o Uruguai
00243	18 de out.	1		O Relatório do Interior – Instrução pública	Dados do Relatório da Instrução Pública
00244	21 de out.	1		O Relatório do Interior – Collegios elementares	Dados do Relatório da Instrução Pública
00245	22 de out.	1		O Relatório do Interior – escolas subvencionadas	Dados do Relatório da Instrução Pública
00245	22 de out.	4		Professores no Uruguay	Retratação do Correio do Povo
00246	23 de out.	1		O Relatório do Interior – escolas subvencionadas	Dados do Relatório da Instrução Pública
00249	26 de out.	1		O Relatório do Interior – escolas subvencionadas	Dados do Relatório da Instrução Pública

Quadro 2 – Respostas publicadas em A Federação às críticas apresentadas pelo Correio do Povo (Conclusão)

00250	28 de out.	1	Geraldino Silveira	Os nossos professores no Prata	Parecer emitido de Buenos Aires sobre a viagem ao Prata
00252	30 de out.	1		Relatório do Interior	Dados da instrução e análise de uma reportagem do Correio do Povo
00252	30 de out.	6	Othelo Rosa	Chronica Semanal	Histórico da educação no Uruguai

Fonte: A Federação, 2013. Quadro organizado pelos autores.

O número expressivo de reportagens editadas posteriormente às críticas apresentadas pelo colunista Léo d’Utra, do Correio do Povo, evidencia o anseio dos republicanos em defender a opção do governo. O Quadro 2 mostra que, para tanto, houve uma articulação não só das autoridades do Rio Grande do Sul e da redação do jornal, como também de outras figuras ligadas ao PRR, pois as reportagens foram assinadas por diferentes sujeitos: Oswaldo Vergara (Professor da Escola Complementar de Porto Alegre⁸), Cônsul do Uruguai Vicente M. Carrió, Othelo Rosa e Geraldino Silveira. Vale ressaltar, nessa perspectiva, que a assinatura das reportagens por pessoas reconhecidas socialmente permitia, de certa maneira, maior legitimidade às interposições apresentadas.

O Quadro 2 possibilita observar, ainda, que a maior parte das notícias que intencionavam “[...] restabelecer a verdade adulterada dos factos.” (A FEDERAÇÃO, 1913, p. 3) foram publicadas na capa do jornal, diferentemente da primeira reportagem veiculada sobre a decisão do governo em A Federação, que foi publicada em uma seção intitulada Varias, localizada quase ao final do periódico, em dimensão pequena e com o título sem fazer relação direta a decisão das autoridades gaúchas. O fato de essa primeira reportagem sobre a decisão do governo ter sido publicada na referida seção permite inferir que não houve, inicialmente, uma preocupação demasiada por parte deste em divulgar na mídia impressa a estratégia que estava sendo adotada para superar as dificuldades enfrentadas no sistema de ensino público, o que parece ter ganhado força na medida em que a ação do estado é posta em xeque, pois como foi mencionado, posteriormente a esse acontecimento todas as notícias de A Federação que procuravam respaldar a ação do governo foram publicadas na primeira página do jornal. Nota-se, assim, que A Federação se coloca a serviço de suas principais características, exaltando e enaltecendo a atitude governamental por meio de notícias publicadas na capa do jornal.

Diante do exposto, passamos a apresentar na seção seguinte, por meio das reportagens localizadas, o debate estabelecido acerca da missão de estudos.



O DEBATE ESTABELECIDO NOS JORNAIS A FEDERAÇÃO E O CORREIO DO POVO

Logo após a notícia veiculada no jornal A Federação, em 1 de setembro de 1913, que anunciava a decisão do governo em enviar ao Uruguai um grupo de professores e professoras e apresentava os objetivos da missão de estudos, o colunista Léo d'Utra publicou no jornal Correio do Povo uma reportagem intitulada Registro – Instrução Pública, na qual questionava não só a ação do estado e seus efeitos imediatos para a reorganização do ensino primário, mas também o destino escolhido para servir de modelo ao Rio Grande do Sul. Essa crítica suscitada pelo jornalista chama a atenção, pois é a partir dela que se observa toda uma articulação por parte do estado e de alguns sujeitos adeptos às ideias republicanas em defender, na imprensa, a estratégia adotada pelo governo. Debate esse que não aparece nos documentos oficiais do Rio Grande do Sul.

Conforme indicaram Mignot e Gondra (2007), no início do século XX todas as atenções se voltavam para os Estados Unidos e/ou para a Europa, haja visto que eles eram países considerados referência. Nacionalmente, como abordado na introdução deste artigo, o modelo considerado de excelência no setor educacional era o que vinha sendo desenvolvido em São Paulo. Talvez, por isso, a opção pelo Uruguai como destino da missão de estudos tenha chamado a atenção de alguns grupos da sociedade do Rio Grande do Sul e produzido posições díspares, levando os mesmos a questionarem tal escolha.

Considera-se pertinente transcrever alguns trechos da reportagem escrita por Francisco Leonardo Truda para que se possa compreender melhor o que especificamente foi problematizado pelo jornalista:

Certamente, merece todo o apoio e os mais calorosos applausos tudo quanto se fizer em prol da instrução pública.

Não nos parece, porém, que essa visita, nas condições em que se anuncia e no momento em que se fará, possa trazer todos os resultados que della se esperam e constituir a base sólida da reforma radical de que tanto carece o ensino público no Estado [...] Os professores rio-grandenses [...] Regressarão, depois, encantados das gentilezas recebidas e trazendo consigo uma sincera admiração pelo que houverem visto e examinado, porque a instrução pública no Uruguay se acha, realmente, elevada a um grau de invejável superioridade. Mas será isso o suficiente para garantir o resultado prático da anunciada excursão? Nisso é que residem as nossas principaes duvidas. (CORREIO DO POVO, 1913, p. 6)⁹.

Como exposto, o articulista argumenta que uma comissão de estudos, nas condições em que se anunciava - de curta duração (Léo d'Utra mencionou que a viagem seria realizada em um período de quinze dias) e próximo ao final do ano (setembro) -, não seria capaz de proporcionar a real mudança que a instrução pública gaúcha necessitava. Na concepção do articulista, o Rio Grande do Sul carecia de uma reforma mais radical que modificasse as bases e a estrutura da educação. Assim, interroga se somente as impressões dos comissionados seriam suficientes para a concretização de tal anseio.



Seguindo sua linha de argumentação, o jornalista expõe que sua dúvida quanto aos resultados da estratégia adotada residia especialmente no número de profissionais selecionados para integrar a missão de estudos:

Os professores de ambos os sexos que compõem a missão rio-grandense são, ao todo, apenas seis. [...] bastarão esses seis professores para pôr ao alcance do grau de adiantamento da instrução uruguaya toda a multidão de professores disseminados pelo Estado, para uniformisar o ensino primario, nas aulas estadaues e nas mantidas pelos municípios?

Também o consideramos obra de difícil execução.

Por isso nos parecerem duvidosos os resultados praticos e positivos da visita anunciada. (CORREIO DO POVO, 1913, p. 6).

Como visto, Léo d'Utra salientou que em decorrência do reduzido número de profissionais comissionados, além de não serem rápidas, as mudanças pretendidas não alcançariam o estado como um todo. Questionava, assim, como um grupo tão pequeno conseguiria efetivar a reforma radical, considerada por ele, como fundamental para o progresso do ensino no Rio Grande do Sul? E, ainda, colocava em suspenso como esse ínfimo número de profissionais conquistaria uma das principais características dessa reforma: a uniformização do ensino.

O colunista defendeu que não lhe parecia necessário “[...] procurar fóra o que já temos em casa.” (CORREIO DO POVO, 1913, p. 6). Logo, destacou como exemplo a experiência paulista e também a existência de uma interminável série de obras em língua portuguesa “[...] sobre a organização contemporanea do ensino publico primário, inclusive revistas dessa especialidade.” (CORREIO DO POVO, 1913, p. 1).

Nota-se, assim, que mesmo reconhecendo em sua escrita o grau invejável de superioridade do Uruguai em comparação ao Rio Grande do Sul, Léo d'Utra questiona o porquê de ir estudar a organização da educação uruguiaia e não a paulista, que também era reconhecida nesse período pelo seu grau de adiantamento. Isto é, por que procurar fora, no exterior, o que já temos em casa, no Brasil?

Como pode ser observado no fragmento a seguir, na justificativa de sua assertiva o jornalista do Correio do Povo enfatiza que São Paulo vinha contribuindo significativamente nas reformas educacionais de outros estados brasileiros:

[...] Matto Grosso e, recentemente, Santa Catharina recorreram a São Paulo para reorganisar a sua instrução publica. A todos esses Estados foram mandados professores paulistas com esse fim. O proprio governo federal, para as escolas dos aprendizes marinheiros, recorreu aos professores paulistas. Porque não ha de o Rio Grande do Sul poder fazer o mesmo? Reconhecida a necessidade de melhorar, reformar ou ampliar, como se queira dizer, o ensino publico no Rio Grande do Sul e sendo notoria e innegavel a superioridade de São Paulo, nesse ramo da administração publica, porque não recorrer a esse Estado? (CORREIO DO POVO, 1913, p. 6).



Léo d'Utra ressalta, portanto, a excelência do modelo paulista e cita alguns estados que estavam pautando suas reformas a partir dessa experiência. Destaca que se as visitas dos professores paulistas estavam auxiliando outros estados, poderiam beneficiar também o Rio Grande do Sul. Para além dessa questão, ao final de sua reportagem, o jornalista enfatizou que diferentemente da ida ao Uruguai, se igual viagem fosse realizada a São Paulo, resultados práticos e imediatos poderiam ser esperados:

[...] para uma reforma completa, de resultados praticos e immediatos, tal como a que se impõe e cuja necessidade está implicitamente reconhecida, o melhor alvitre nos parece seguir o exemplo do que, com grande vantagem, fizeram o Paraná, Santa Catharina e Alagôas e outros Estados.

E nenhum desdoiro poderá haver para nós em pedirmos o auxílio dos professores paulistas, nossos irmãos, brasileiros como nós [...]. (CORREIO DO POVO, 1913, p. 6).

Observa-se que a defesa do articulista para que a missão de estudos tivesse como destino São Paulo estava pautada no reconhecimento da excelência de São Paulo no que tange à educação. Todavia, é interessante ressaltar, como o próprio jornalista advertiu em outros artigos publicados, que em nenhum momento ele negou o grau de adiantamento do Uruguai. Mas, então, se ambos os destinos eram considerados qualificados por que o articulista apresenta um posicionamento contrário à viagem ao Uruguai? Por que Léo d'Utra não questiona, como fez anteriormente em relação ao Uruguai, o número reduzido de participantes que integraria a viagem a São Paulo? Pois, como sugeriu, se semelhante missão fosse realizada a São Paulo, não seria também ínfima a quantidade de profissionais que dela participariam? Se o Rio Grande do Sul subvencionasse a vinda de um professor, ou de uma comissão de professores paulistas, como outros estados estavam fazendo, não seria também esse um número exíguo em relação a toda a extensão do Rio Grande do Sul? Não estariam também, dessa maneira, os resultados imediatos da missão ameaçados?

Desse modo, é interessante questionar: o que fez com que o jornalista afirmasse que somente a viagem a São Paulo traria benefícios se em meio as suas escritas ele registrou que tanto o Uruguai como São Paulo eram considerados modelos? O único posicionamento mais elaborado de Léo d'Utra a respeito dessa questão foi encontrado no trecho em que o mesmo justifica suas críticas ao Cônsul uruguaio:

E si o s. s., como bom patriota que mostra ser, se julga no dever de exaltar os méritos do Uruguay, que nós jamais contestamos, permita, que nos tambem, louvemos o que é nosso, e não se irrite com o nosso patriotismo, porque livres de preocupações bairristas e discordando desse moderno critério que quer fazer da Republica Brasileira uma enxame de patriolas, pensamos com aquelles, para quem a pátria vae do Oyapock ao Chuy e confundimos num mesmo e unico affecto S. Paulo e o Rio Grande, a Bahia e Minas, como a qualquer outra circumscripção do paiz, entre as quaes, razões administrativas poderão estabelecer limites, mas que jamais serão extranhas umas ás outras, como infelizmente se o tem querido fazer. E, por isso, deverá perdoar-nos s. s. que



continuemos a lamentar que fossemos buscar fóra, o que em nossa própria casa já tínhamos. (CORREIO DO POVO, 1913, p. 1-2).

A ausência de respostas ao questionamento incitado possibilita levantar a hipótese de que os ideais defendidos pelo jornalista e as relações políticas em que ele estava envolto tenham subsidiado sua crítica ao destino da missão de estudos ao Uruguai e não somente a representação modelar de São Paulo como ele explicitou. Vale destacar que Léo d'Utra iniciou suas atividades jornalísticas na redação do periódico A Reforma. Conforme Gonçalves (2013), este impresso foi criado no ano de 1869 e circulou até o ano de 1912, quando foi extinto por razões de enfiamento partidário. O jornal, fundado por Gaspar Silveira Martins, representava o Partido Federalista (antigo Partido Liberal) e, segundo Giolo (1997, p. 105), dizia-se “[...] defensor dos ideais da democracia, das vantagens do parlamentarismo e da liberdade individual, contra a ditadura do PRR, os prejuízos do presidencialismo e a dominação da máquina política.” Com o fechamento desse jornal, Léo d'Utra assumiu a direção de um periódico partidário de Bagé/RS e no ano de 1909 ingressou no Correio do Povo. As atividades desempenhadas no decorrer de sua trajetória profissional demonstram que, por um período, o mesmo possuiu vínculos com ideais diferentes dos defendidos pelos republicanos.

As palavras de Carvalho (2015) corroboram a hipótese apresentada ao explicitar que

[...] a pedagogia dos técnicos para intervir nas rotinas escolares, reformando os sistemas de instrução pública, embutia promessas de modernização social, política e econômica. Nesse jogo oligárquico são os governantes de São Paulo, direta ou indiretamente por meio de seus representantes na Presidência da República, que distribuem benesses a seus aliados eleitorais. Punham à disposição os seus técnicos, homens cuja experiência na institucionalização do sistema escolar paulista os havia credenciado como portadores de um saber vazado nos preceitos da **pedagogia moderna**. (CARVALHO, 2015, p. 233-234, grifo do autor).

Como destacado no excerto, nessas missões era preponderante o jogo político entre as autoridades de São Paulo e dos outros estados brasileiros, o que contribuía para projetar no cenário nacional os mediadores do moderno e para reforçar as alianças políticas e econômicas. Nesse sentido, é provável que a afiliação de Léo d'Utra, nesse período, aos ideais liberais, mesmos preceitos defendidos pelo Partido Republicano Paulista, tenha feito com que ele defendesse São Paulo como destino para a missão. Talvez o jornalista acreditasse que ao adotar essa estratégia as relações entre o Rio Grande do Sul e São Paulo pudessem ser estreitadas. Contudo, no período da Primeira República, como é demonstrado por ampla bibliografia da história brasileira, o Rio Grande do Sul liderou uma forte oposição às ações e às perspectivas partidárias seguidas pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, os quais detinham a hegemonia política e econômica em razão da oligarquia do café com leite. Além disso, os ideais defendidos pelo Partido Republicano Rio-Grandense, pautados no positivismo, diferenciavam-se do Partido Republicano Paulista,

que seguissem os princípios liberais. É possível que, de certa forma, esses aspectos tenham influenciado também a decisão do Rio Grande do Sul em enviar a missão de estudos ao Uruguai e não a São Paulo.

Por que, então, diante da circulação dessa representação, o Rio Grande do Sul não decidiu constituir uma missão pedagógica a São Paulo ou subvencionar a vinda de professores paulistas ao estado? Quais elementos pautaram as argumentações apresentadas nas reportagens veiculadas sobre a deliberação das autoridades em optar pelo Uruguai?

Ao analisar as 43 reportagens localizadas nos periódicos foi possível constatar que as autoridades do estado não apresentaram nenhuma justificativa explícita acerca do assunto. Entretanto, a argumentação exposta nas 16 notícias publicadas em A Federação em prol da ação do estado permitiu identificar, a partir das reincidências e das ausências nesses documentos escritos (LOPES; GALVÃO, 2001), um conjunto de oito elementos/aspectos que respaldaram tal determinação. São eles: (i) o grau de adiantamento da instrução pública do Rio Grande do Sul e a similaridade da mesma com a organização paulista; (ii) a distinção do Uruguai, (iii) o caráter internacional da viagem, (iv) a localização geográfica do Uruguai, (v) a língua utilizada, (vi) o baixo custo financeiro da missão, (vii) as relações culturais, políticas e econômicas estabelecidas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai e (viii) a vigência de um modelo político partidário, tanto no Rio Grande do Sul como no Uruguai, estruturado no positivismo.

O primeiro deles, o grau de adiantamento da instrução pública do Rio Grande do Sul e a similaridade da mesma com a organização paulista, foi exposto nos artigos assinados pelo professor Oswaldo Vergara. Ao responder as críticas apresentadas por Léo d'Utra de que o estado carecia de uma reforma radical, o professor indicou inicialmente que o Rio Grande do Sul já tinha implementado tal reforma:

A comissão de professores que dentro em breve, irá a Republica Oriental [...] não vae ahi – como affirma o chronista – buscar cabedal bastante <para operar a transformação de *four em comble* que há muito se impõe na instrucção publica rio-grandense>. O Rio Grande do Sul felizmente, já completou a sua reforma escolar. [...] Convém dizer que a missão não vai ali estudar a organização das escolas uruguayas, para, depois, segundo as observações, colhidas, modelar a nossa instrucção. Vai apenas melhorar o seu cabedal. (A FEDERAÇÃO, 1913, p. 3, grifo do autor).

Ainda que Oswaldo Vergara não tenha assinalado a data de realização da reforma radical já estabelecida, pressupõe-se que o professor estava fazendo referência às mudanças implementadas pelos republicanos através das legislações de 1897, 1906 e de 1909, as quais respectivamente reorganizou a instrução pública estadual, instituiu a Escola Complementar de Porto Alegre e criou os Colégios Elementares no Rio Grande do Sul. Assim, o professor argumentava que a base sólida da instrução pública já estava posta, o que faltava para o progresso desse setor da administração pública eram detalhes.

Na sequência de sua argumentação, o professor destaca que a reforma rio-grandense já concretizada, havia sido, inclusive, pautada pela experiência modelar paulista:

Pode-se dizer, sem temeridades, que a organização da nossa instrução é igual a de S. Paulo, por isso que foi por ella modelada. E' só a denominação dos estabelecimentos que difere. E' unicamente, uma questão de nome. Que são os nossos collegios elementares disseminados por todo Estado, se não os mesmos grupos escolares, cujo beneficos resultados são tão preconizados?

Que é a Escola Complementar desta cidade – cujos fructos já de a cinco anos estamos a colher, com grandes vantagens, se não a Escola Normal de S. Paulo?

A organização é – não ha de negar – sem eguaes são também os processos e methodos adoptados.

Ha de ter surpresas bem agradáveis e occasião de sentir quão injustas foram as recriminações que fez ao nosso benemerito governo. (A FEDERAÇÃO, 1913, p. 1).

Apesar de Oswaldo Vergara não ter mencionado as possíveis similitudes entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, como fez para São Paulo, o fato de ter rejeitado a fala de Léo d'Utra indica que, em sua concepção, ele vislumbrava tais semelhanças. Logo, se similaridades existiam entre o Rio Grande do Sul e São Paulo e, ainda, entre o estado gaúcho e o Uruguai e se tanto o país vizinho quanto o estado paulista eram considerados modelares, a argumentação apresentada por professor Oswaldo Vergara deixa transparecer que, na concepção dos republicanos, a distinção do Uruguai era ainda mais elevada.

Assim, identificou-se o segundo elemento, a distinção do Uruguai, que foi reforçado especialmente por meio da carta assinada pelo Cônsul uruguaio. Na mesma, V. M. Carrió caracteriza o cenário uruguaio não só como uma possibilidade de aperfeiçoamento para a comissão rio-grandense e para o contexto gaúcho como também enfatiza o elevado grau de distinção do país na América Latina. (BRALICH, 1987; CAETANO, 2011; GREISSING, 2000; PALOMEQUE, 2012).

Uma crônica assinada pelo historiador Othelo Rosa, e publicada em meio ao debate estabelecido acerca da missão pedagógica na imprensa gaúcha, contribuiu para reiterar no Rio Grande do Sul o *status* de Suíça latino-americana concedido ao Uruguai nesse período. Intitulada Chornica Semanal, a mesma apresentava um histórico sobre o desenvolvimento do setor educacional uruguaio e o progresso alcançado nas últimas décadas. Assim, conforme indicou o autor:

Com uma proporção de 37,4% de analfabetos sobre uma população escolar de 218.938, ocupa inquestionavelmente a Republica Oriental do Uruguai um saliente lugar, em matéria de instrução publica, entre os estados sul americanos, sobrepujando, nesse particular, a Argentina, o Chile, o Equador, o Paraguai, o Panamá, o Brasil, a Bolívia, o Peru e a Venezuela. (A FEDERAÇÃO, 1913, p. 6).

Como pode ser observado no fragmento, a porcentagem de analfabetos era um indicativo que contribuía para a sustentação de um discurso de modernidade, pois o alto



índice de analfabetismo era característico de um contexto em atraso, com um ensino precário. Desse modo, quanto menor o índice de analfabetos em um país, mais inteligente e culto o mesmo era considerado. Logo, como o Uruguai vinha paulatinamente, nos últimos 40 anos, diminuindo o seu índice de analfabetismo, passava a ser considerado uma República que estava avançando significativamente desde a reforma educacional implementada por José Pedro Varela em 1877, a qual ficou conhecida como Lei Comum¹⁰.

Um dos aspectos mencionados nas reportagens que demonstrava o interesse das autoridades uruguaias pela educação e contribuiu para a caracterização do Uruguai como uma República culta e adiantada foram as viagens que o país financiou ao estrangeiro. Tanto o Cônsul V. M. Carrió como o professor Oswaldo Vergara afirmavam que o Uruguai já havia buscado fora, ou seja, em países considerados referência, subsídios para reorganizar a sua instrução. Essa constatação enfatiza a relevância concedida na época às viagens internacionais, que foi o terceiro elemento observado no debate que respaldou a deliberação das autoridades gaúchas.

Nessa linha, Oswaldo Vergara ressaltou em suas escritas que “[...] a vizinha republica ha alguns annos mantem, permanentemente, nos Estados Unidos e em países da Europa em que a instrucção mais se tem aperfeiçoado – missões escolares.” (A FEDERAÇÃO, 1913, p. 1). Dentre elas, cita-se a realizada pela professora Enriqueta Compté y Riqué à Europa, no ano de 1889, a fim de estudar a Pedagogia de Froebel e a organização dos jardins de infância¹¹. Em consonância com o destaque feito pelo professor, o Cônsul uruguaio argumentava ser desnecessário o Rio Grande do Sul enviar missões de estudos à Europa ou aos Estados Unidos, pois o Uruguai já se utilizava das tendências pedagógicas americanas e europeias nas práticas educacionais cotidianamente. Em contrapartida, Léo d’Utra ressaltava em suas reportagens que assim como o Uruguai, São Paulo também havia realizado viagens de estudo ao exterior.

Um fragmento da carta de Geraldino Silveira, enviada de Buenos Aires, chama a atenção e contribui para o debate sobre o porquê da escolha da vizinha República Oriental como possibilidade:

Tratando-se da missão de nossos professores, convém não esquecer a feição <internacional> que é um caso de significativo alcance, não só para as relações officiaes, como tambem para o homem de estudo, e em particular daquelle que há de transmitir à infancia ensinamentos básicos de seu futuro criterio social. Admittamos, com desvanecimento patriotico, a indicação de que em nosso paiz ha fontes de estudos capazes de proporcionar com vantagem os dados que fomos recolher fóra de fronteiras. Isso, porem, não esclúe a preferênciam de ir em primeiro lugar ao estrangeiro [...]. (A FEDERAÇÃO, 1913, p. 1, grifos do autor).

Como enfatizado na redação da carta, por mais que São Paulo merecesse reconhecimento por tudo que estava sendo feito em prol da educação naquele estado, o Uruguai se apresentava como um destino estrangeiro, ou seja, a missão teria um caráter



internacional. O que, sem dúvida, representaria uma ação mais ousada, de maior repercussão e reconhecimento para as autoridades do Rio Grande do Sul do que se o destino fosse nacional. Geraldino Silveira assinalou, ainda, que dentre todos os possíveis destinos anunciados, o Uruguai se caracterizava estrangeiro, entretanto, com um ambiente local e um idioma semelhante ao utilizado no Rio Grande do Sul.

Desse modo, quanto ao ambiente local, quarto elemento evidenciado no debate que respaldou a ação do estado, é importante salientar que a localização geográfica tornava os povos rio-grandenses e uruguaios mais próximos, a ponto de se identificarem como *los hermanos*. Quando Léo d'Utra, em meio a sua contestação, mencionou que a realidade uruguaia seria estranha aos professores e professoras rio-grandenses, o Cônsul V. Carrió ressaltou que:

El Uruguay no es un país extraño para Rio Grande do Sur. [...]? Por que, pués, el periodista llama país extraño al Uruguay, cuando en el mismo de hoy una intensa corrientes de confraternidad estrecha ambos pueblos, anula los rieles de sus ferrocarriles, acerca sus Gobiernos, niyela sus economías sociales?- En mi país consideramos á Brasil como á nuestro hermano mayor y á Rio Grande como una prolongación de nuestra pátria. - ? Por que el ilustrado escritor dice esa palabra de extraños, que tan mal suena á nuestros oídos?. – (CORREIO DO POVO, 1913, p. 1).

Além disso, o fato de o Uruguai ser fronteira com o Rio Grande do Sul fazia com que a viagem da comissão fosse realizada em um curto período de tempo se comparado com a viagem até os Estados Unidos ou à Europa. Logo, a comissão pedagógica, na ótica dos dirigentes, poderia retornar mais cedo ao estado, antecipando assim a elaboração e organização de futuras ações do governo.

No que tange à similaridade entre o português e o espanhol, o quinto elemento identificado no debate, os defensores da deliberação salientaram ser esta uma vantagem em relação aos demais destinos estrangeiros mencionados como possibilidade, pois o fato de o português e de o espanhol serem línguas românicas e, a uma primeira impressão, serem muito parecidas por apresentarem certa similaridade entre a grafia e o significado de algumas palavras não indicava a necessidade de aprendizado desta língua como pré-requisito para a concretização da missão. Além do mais, é bem provável que, em virtude das relações de vizinhança e de fronteira, o espanhol fosse um idioma mais conhecido e, quiçá, mais comum aos ouvidos dos rio-grandenses do que o inglês, o francês ou o alemão, por exemplo.

Sobre esse aspecto, o Cônsul V. M. Carrió destacou não ser exata a diferença entre as línguas enfatizada pelo jornalista do Correio do Povo:

– El português y el español no presentan diferencias substanciales. – Más distante, mucho más, está el catalán e el galego del español y sin embargo ambos se comprendem perfectamente. – Si los alumnos fueran á Norte América, Suiza, Suecia ó Dinamarca, entonces si perderíantempo precioso en aprender inglés, alemán ó alguna lengua nórdica, en médio de sociabilidades exóticas para nos



otros – Á que suponer que, en un médio intelectual, los jóvenes rio-grandenses se encontrarán aislados en Montevideo por falta del idioma? - ? No vê el señor d'Utra que yo le contesto en castelhano y que me comprende como si escribiera en el más puro português de Camoens? [...]. (CORREIO DO POVO, 1913, p. 1).

Percebe-se que tal excerto reforça a proximidade existente entre o português e o espanhol e articula ao elemento da língua, novamente, o aspecto relativo à localização geográfica do Uruguai como uma possibilidade de estudar métodos mais avançados em um curto período de tempo, uma vez que viajar para os Estados Unidos, por exemplo, seria mais demorado e exigiria dos professores e professoras o domínio do inglês, assim como para a Europa o francês, caso a viagem fosse realizada à França.

A partir da argumentação veiculada na imprensa sobre o idioma usado no Uruguai e a localização geográfica deste país, foi perceptível o sexto elemento que respaldava a deliberação do estado: o baixo investimento financeiro que essa viagem exigiria. Provavelmente, em virtude da proximidade geográfica, os custos com a viagem seriam mais baratos, permitindo assim o acesso com maior facilidade ao país vizinho. Além disso, como observado nos excertos apresentados anteriormente, o investimento com a missão também reduziria se não fosse necessário gastar com a capacitação do grupo para aprender inglês ou francês, por exemplo, ou com a contratação de um intérprete. Nesse caso, sendo o espanhol compreensível, os custos seriam reduzidos.

Articulando essas questões com a exposição explícita por parte do Cônsul uruguaio de que missão seria curta e pouco custosa e com a constatação de Corsetti (1998) em suas pesquisas, de que o princípio do equilíbrio orçamentário do estado tinha na prática de contenção de despesas sua base fundamental, é possível aferir que o reduzido custo da missão tenha sido senão o critério que mais pesou na decisão o governo, um dos mais relevantes.

O sétimo elemento percebido no debate veiculado na imprensa, já mencionado em vários fragmentos apresentados, faz referência as relações estabelecidas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Conforme enfatizaram Geraldino Silveira e o Cônsul V. M. Carrió, havia uma corrente de fraternidade entre esses povos, na qual relações políticas, econômicas e culturais vinham sendo firmadas há algum tempo. Sobre esse aspecto, vale salientar que:

A aproximação com esse país [Uruguai] e, quiçá, certa identificação foi constante e intensa, desde a ocupação portuguesa do início do século XIX, de modo que o intercâmbio regional era muito significativo e substancialmente muito mais aberto do que com o Município da Corte e com o Município Neutro [...]. (BASTOS; TAMBARA, 2011, p. 367).

Vale ressaltar, nessa perspectiva, que as viagens pedagógicas podem se configurar como moedas políticas, de manipulação e de ampliação do arco de alianças ao mesmo tempo em que revertem os conhecimentos em seu benefício. (COSTA, 2003).



Além dessas relações, a vigência de um modelo político partidário tanto no Rio Grande do Sul como no Uruguai estruturado no positivismo foi o oitavo elemento observado no debate em prol do Uruguai como destino. Para pesquisadores como Francisco R. Pintos (1938), Enrique Rodríguez Fabregat (1942) e Antonio Grompone (1962) era o positivismo comteano que fazia Batlle revisar a realidade que o cercava com os olhos renovadores. Bosi (1996, p. 301) também salienta ser notório “[...] que saíram de cabeças positivistas as reformas educacionais do México e do Uruguai nos fins do século XIX.” Contudo, Caetano (2011) salienta que, muitas vezes, as ideias políticas do primeiro batllismo são caracterizadas como provenientes de um liberalismo.

Ainda sobre o modelo político partidário, Beiser (1997) chama a atenção para as similaridades políticas existentes nas diretrizes do governo uruguaio e do governo borgista ao assinalar que naquele período o Uruguai estava iniciando um processo de valorização da educação feminina, o que, de certa forma, também devia estar impactando o Rio Grande do Sul, haja visto que os dois grupos que viajaram ao Uruguai eram formados “[...] mormente por mulheres.” (BEISER, 1997, p. 67-68)¹².

Os dados apresentados nesta seção possibilitam constatar que a escolha do Uruguai não foi aleatória, pelo contrário, representava a continuidade de um diálogo, de relações já existentes e que vinham sendo aprofundadas entre os dois territórios.

CONCLUSÃO

Diante do exposto neste artigo é possível afirmar que a opção do Rio Grande do Sul pelo Uruguai como destino para a missão de estudos realizada no ano de 1913 não foi aleatória. A análise das 43 notícias localizadas em ambos os jornais investigados, A Federação e o Correio do Povo, possibilitou identificar um conjunto de oito elementos em prol do Uruguai como possibilidade: (i) o grau de adiantamento da instrução pública do Rio Grande do Sul e a similaridade da mesma com a organização paulista; (ii) a distinção do Uruguai, (iii) o caráter internacional, (iv) a localização geográfica do Uruguai, (v) a língua utilizada, (vi) o baixo custo financeiro da missão, (vii) as relações culturais, políticas e econômicas estabelecidas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, (viii) a vigência de um modelo político partidário tanto no Rio Grande do Sul como no Uruguai estruturado no positivismo.

Articulados, esses elementos tentavam demonstrar à época que a opção das autoridades do Rio Grande do Sul pelo Uruguai como destino ocorreu em razão da convicção de o estado não ter uma instrução tão precária. Os defensores da estratégia adotada tentaram reforçar, por meio das reportagens, a ideia de que a educação do Rio Grande do Sul se não estava no mesmo patamar que a de São Paulo encontrava-se em processo semelhante, uma vez que as instituições de ensino primário possuíam



denominações diferentes, mas organizações e características muito similares. Desse modo, reiteravam que mais acertada seria a viagem ao Uruguai, pois se tratava de um contexto mais desenvolvido, que já colhia os resultados de uma reforma implementada há mais de 40 anos e que alcançava grande destaque na América Latina. Além disso, por ser uma viagem de caráter internacional, a ação do governo poderia ter maior reconhecimento e prestígio.

A semelhança existente entre os idiomas usados no Rio Grande do Sul e no Uruguai, assim como a proximidade geográfica, foram elementos destacados no debate veiculado na imprensa como facilitadores da concretização da missão de estudos, pois não incidiria no investimento em cursos de aperfeiçoamento para os professores e professoras, assim como permitiria uma travessia mais rápida e econômica. Questões essas que estavam em consonância com os anseios de redução de gastos e de equilíbrio financeiro muito preconizados pelo Partido Republicano Rio-Grandense.

Enfim, os oito elementos apresentados neste artigo de forma articulada, mostram que a opção pelo Uruguai como destino da missão pedagógica não foi feita às escuras. Pelo contrário, ousa-se afirmar que a deliberação do estado, considerada pelos seus defensores como uma estratégia nobre e louvável, foi resultado de um conjunto de relações políticas, econômicas e sociais estabelecidas entre ambos os territórios.

REFERÊNCIAS

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre. 1913. Diário. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

ALVES, F. N. Imprensa. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Org.). **Império**. Coleção história geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 351-372. 2 v.

BARBOSA, S. F. Velhos objetos, novas abordagens: o jornal como fonte para a história cultural. In: CURY, C. E.; MARIANO, S. C. (Org.). **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2009. p. 87-100. Disponível em: <http://www.carlamaryoliveira.pro.br/gheno/PDF/2009_Multiplas_Visoos.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2016

BASTOS, M. H. C.; TAMBARA, E. A escola nova no Rio Grande do Sul: eventos e atores em cena. In: MIGUEL, M. E.; VIDAL, D. G.; ARAUJO, J. C. S. (Org.). **Reformas educacionais**. As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946). Uberlândia, MG: EDUFU, 2011. p. 352-370. (Coleção Memória da Educação).

BEISER, A. C. P. **Educação e educadores em Porto Alegre: um estudo de caso**. 1997. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1997.



BOSI, A. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

BRALICH, J. **Breve historia de la educación en el Uruguay**. Montevideo: Ciep Ediciones del Nuevo Mundo, 1987.

CAETANO, G. **La República Batllista**. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2011. Tomo I.

CARVALHO, M. M. C. D. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. D.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 225-252.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre. 1913. Diário.

CORSETTI, B. **Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889-1930)**. 1998. 537 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998.

CORSETTI, B. O positivismo como base do pensamento educacional no Rio Grande do Sul (1889/1930). In: ANPED SUL, 5., 2004, Paraná. **Anais...** Paraná: PUC, 2004. p. 1-14.

COSTA, W. P. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS, E.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (Org.). **Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 57-84.

DILLENBURG, S. R. **Quatro publicações marcantes no jornalismo rio-grandense**. Nova Petrópolis: Amstad, [19--].

DUARTE, L. A. F. **Imprensa e poder no Brasil 1901-1915: estudo da construção do personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS)**. 2007. 195 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

ESPIG, M. J. Notícias de uma guerra centenária: uma pesquisa sobre o jornal A Federação (1912-1916). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 2., 2013, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: UPF, 2013. p. 1-15.

FARIA FILHO, L. M. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira no século XIX. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI, D. J. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 133-150.

FRANCO, S. C. **Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.



GILOLO, J. **Estado, igreja e educação no RS da Primeira República**. 1997. 427 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

GONÇALVES, D. P. **A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)**. 2013. 307 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

GREISSING, C. Conflictos y tensiones en el debate por la educación durante el Centenario (1910-1934). In: CAETANO, G. (Org.). **Los uruguayos del Centenario: nación, ciudadanía, religión y educación (1910-1930)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

LEAL, S.; DILLENBURG, R. **Correio do Povo**. Verbete. [19--]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-do-povo>>. Acesso em: 25 maio 2016.

LOPES, E. M.; GALVÃO, A. M. O. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MICHEL, C. B. **Missão de estudos ao Uruguai: mudanças no sistema de ensino do Rio Grande do Sul (1913-1927)**. 2017. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017.

MIGNOT, A. C. V.; GONDRA, J. G. **Viagens pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

MONARCHA, C. Notícia documental e bibliográfica sobre as "missões de professores paulistas". In: COSTA, J.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H. (Org.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: Ed. da UFGD, 2010. p. 243-266.

NÓVOA, A.; SCHRIEWER, J. **A difusão mundial da escola - alunos, professores, currículo, pedagogia**. Lisboa: Ed. da EDUCA, 2000.

OSÓRIO, J. L. **Os partidos políticos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Globo, 1930.

PACHECO, R. A. Conservadorismo na tradição liberal. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Org.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 139-155. (Coleção história geral do Rio Grande do Sul, v. 2).

PALOMEQUE, A. L. **Historia de la educación uruguaya: la educación uruguaya 1886-1930**. Montevideu: Ediciones de La Plaza, 2012. (Colección Ensayos). Tomo 3.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Relatório de Viagem, anexo ao Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul.



Pelo Dr. Protásio Antonio Alves. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1914.

SILVA, J. M. **Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**. Porto alegre: Corag, 1986.

SOUZA, M. A. **A cultura política do “batllismo” no Uruguai (1903-1958)**. São Paulo: Annablume; FASPESP, 2003.

SOUZA, R. F. O "bandeirismo paulista no ensino" e a modernização da escola primária no Brasil: entre a memória e a história. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 20, jan./abr. p. 123-143. 2011.

SOUZA, R. F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

TAMBARA, E. **Positivismo e educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo**. Pelotas: Ed. da UFPel, 1995.

ZICMAN, R. B. **História através da imprensa – algumas considerações metodológicas**. São Paulo: Projeto História, 1985.

Notas

¹ Doutora em Educação. Pós-Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Pelotas. Bolsista CNPq, processo nº 167676/2017-2. Integrante do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE-UFPel) e do Grupo de Pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES).

² Doutor em Educação. Professor Associado da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós-Graduação em Educação na mesma universidade. Coordenador do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE-UFPel). Realizou pós-doutorado na University of Illinois at Urbana-Champaign, em 2016.

³ Essa viagem ocorreu em dois momentos: no ano de 1913 e no de 1914. No primeiro, permaneceu no Uruguai por três meses um grupo de professores liderado pelo Diretor da Escola Complementar (Alfredo Clemente Pinto) e composto por Affonso Guerreiro Lima, Ondina Godoy Gomes, Georgina Godoy Moritz, Marieta de Freitas Chaves e Florinda Tubino. No segundo momento, em 1914, três alunas-mestras e três professoras adjuntas foram aperfeiçoar seus estudos no *Instituto Nacional de Señoritas* e praticar os métodos de ensino lá utilizados, tanto na Escola Normal como na de Aplicação da capital uruguaia. Assim, permaneceram em Montevideu durante o ano de 1914 um grupo de seis professoras, sendo que apenas duas concluíram seus estudos em 1916, Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza. (MICHEL, 2017).

⁴ Partido fundado no ano de 1882 em Porto Alegre/RS. Pautado na ideologia positivista defendia uma proposta que reorganizava a sociedade a partir da liberdade e da igualdade, propugnando que o progresso do Rio Grande do Sul dependia de uma reforma intelectual e moral. (TAMBARA, 1995).

⁵ Inicialmente, o impresso A Federação foi pesquisado nas edições disponíveis na Biblioteca Pública Pelotense, localizada na cidade de Pelotas/RS. Posteriormente aos primeiros manuseios com a materialidade na referida instituição, teve-se conhecimento de que o jornal estava disponível on-line no site da Biblioteca Nacional. A partir de então, a pesquisa passou a ser realizada de forma virtual. O jornal A Federação pode ser acessado em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653>>.

⁶ A pesquisa neste periódico foi iniciada no Núcleo de Pesquisa em História da UFRGS, contudo, o material disponibilizado em microfilme não apresentava nitidez nas reportagens encontradas sobre a missão. Posteriormente, então, a investigação teve continuidade no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, por



ser esta também uma instituição pública. Algumas edições específicas que não foram localizadas nestes arquivos foram consultadas na sede do Correio do Povo, em Porto Alegre/RS.

⁷ Léo d'Utra era o pseudônimo de Francisco Leonardo Truda. Era comum na época que os jornalistas assinassem as reportagens usando nomes fictícios. Francisco formou-se em Direito. No ano de 1925, com o auxílio de vários companheiros, fundou em Porto Alegre o jornal Diário de Notícias que dirigiu até 1930, sendo este o primeiro jornal a disputar a preferência dos leitores gaúchos com o Correio do Povo.

⁸ Instituição estatal responsável pela formação de professores no Rio Grande do Sul nesse período. Foi criada pelo decreto de 1906 vigorando até 1927, quando passou por mudanças estruturais e curriculares sendo denominada, então, de Escola Normal.

⁹ Ressalta-se que optamos por manter a grafia da época.

¹⁰ Em suma, a lei de 1877 – decreto lei de educação comum –, estabelecia que o ensino primário deveria ser gratuito, obrigatório e laico, composto por três graus e de responsabilidade do Estado. A educação, nessa lei, era entendida como um serviço de utilidade pública, condição para a participação cívica e um bem irrefutável ao progresso. Ao ser aprovada a referida lei, Varela foi nomeado Inspetor Nacional de Instrução Pública e a reforma começou a ser efetivada.

¹¹ Nessa viagem, conheceu os jardins de infância de diferentes países como Bélgica, Holanda, Suíça e França e aprofundou seus conhecimentos sobre os estudos de Froebel. Ao regressar de sua viagem, inaugurou e dirigiu, a partir de 1892, o primeiro jardim de infância de Montevidéu, permanecendo no cargo por muitos anos. (RIO GRANDE DO SUL, 1914).

¹² Vale lembrar que a viagem foi realizada em dois momentos, em 1913 e 1914.

Submetido em: 13/03/2018

Aprovado em: 08/08/2018

Publicado em: 28/09/2018